

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-10-03

Registo

PT/BP/IGCS-CEE - Caixa Económica "Esperança"

Nível de descrição	SF
Código de referência	PT/BP/IGCS-CEE
Código de referência Nyron	IGCS/CEE
Título	Caixa Económica "Esperança"
Datas de produção	1910-06-01 - 1953-05-08
Dimensão e suporte	1 Caixa ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal
História administrativa/biográfica/familiar	<p>A Caixa Económica "Esperança" tem os seus primeiros estatutos aprovados, por Alvará de 01 de abril de 1910. Instituída em 01 de junho desse ano, a "Esperança" encontrava-se anexa à Associação de Socorros Mútuos Beneficente Autônômica Micaelense, associação que remonta a 1867. No entanto, as origens da caixa remontam a 04 de junho de 1869, quando os sócios da altura, em assembleia geral, projetaram a criação de uma caixa económica.</p> <p>Com sede em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, Açores, a Caixa Económica "Esperança" tinha por fim incitar o espírito de economia, através dos depósitos que recebia, com vencimento de juros, dar aplicação produtiva a esses depósitos, bem como, através dos lucros obtidos, auxiliar no cumprimento da missão social da Associação de Socorros Mútuos Beneficente Autônômica Micaelense, à qual estava anexa. O capital da caixa era ilimitado e era representado por títulos da dívida pública portuguesa. Porém, enquanto a caixa não tivesse constituído capital próprio superior a 3.000\$000 réis, os depósitos eram garantidos pelo fundo permanente da associação de socorros. Nos estatutos, era permitido à instituição a realização de depósitos à ordem e a prazo, com juros, e empréstimos com garantia sobre penhores ou hipotecas.</p> <p>Os primeiros anos foram vividos com alguma expectativa e os lucros da instituição não tardaram. No entanto, a crise internacional do final da década de 20, a par da crise comercial e financeira que se viveu na praça açoriana, e uma gestão menos cuidada, liquidaram a instituição.</p> <p>Para fazer face aos novos desafios e dificuldades que agora surgiam, em 19 de dezembro de 1931 é sujeita a aprovação superior a reforma estatutária da "Esperança", facto que veio a acontecer aprovado por Alvará de 07 de abril de 1933. Desta reforma saliente-se a parte respeitante ao capital, que refere "quando ele ultrapassar de 500.000\$00 insulanos, equivalentes a 400 contos metropolitanos, será dividido em duas espécies, ou fundos: circulante e fixo". Também o âmbito das operações se quis alargado: para além dos depósitos e empréstimos já efetuados estava agora previsto o desconto de letras, cheques recibos e outros documentos garantidos, os empréstimos em conta corrente ou com caução e a realização de cobranças, vendas, transferências de fundos e guarda de valores.</p> <p>Apesar dos esforços, em 03 de maio de 1933 a Caixa Económica "Esperança" entra em liquidação, sendo nomeada a Comissão Liquidatária por Portaria de 26 de maio do mesmo ano. Em 05 de setembro de 1933, visto não ser possível a sua reconstituição, abre falência, tendo-lhe sido retirada a autorização para o exercício da atividade e declarado nulo o Alvará da sua constituição.</p> <p>Em 02 de fevereiro de 1935, após várias prorrogações, a Comissão Liquidatária tinha distribuído apenas um rateio de 20% dos créditos.</p> <p>Por Portaria de 25 de fevereiro de 1935 (Diário do Governo da mesma data) foi nomeado Comissário do Governo José Medeiros Tavares, anterior presidente da Comissão Liquidatária que será extinta pela Portaria de 27 de junho de 1935, passando as suas funções para o Comissário do Governo nomeado.</p> <p>A liquidação foi-se prorrogando e tardava o seu término. Em 15 de maio de 1939 dá entrada na Inspeção do Comércio Bancário o relatório final da liquidação. Por Portaria de 07 de agosto de 1939 (Diário do Governo nº 185, II série, de 10 de agosto), o processo de liquidação está terminado, tendo sido aprovadas as contas finais e exonerado o Comissário do Governo.</p>
Sistema de organização	Cronológico
Existência e localização de cópias	Nenhuma